COLÓQUIO

Letras

EDUARDO LOURENÇO
Uma ideia do mundo

número 171 Maio/Agosto 2009

ALMA MATER STUDIORUM
UNIVERSITÀ DI BOLOGNA

Martedì 4 dicembre 2007, ore 17.00
Aula Absidale di Santa Lucia
Via de' Chiari, 25/a - Bologna

CONFERIMENTO
LAUREA AD HONOREM

Martedì 4 dicembre 2007
Aula Absidale di Santa Lucia

Il Rettore
dell'Alma Mater Studiorum - Università di Bologna
Pier Ugo Calzolari

Il Preside
della Facoltà di Lingue e Letterature Straniere
Alberto Destro

sono lieti di invitarLa
alla Cerimonia
di conferimento della
Laurea ad honorem

a

Eduardo Lourenço de Faria

in

Letterature e filologie europee moderne

Ufficio Cerimonie
e-mail: ucerimonie@unibo.it

L'invito è da esibire all'ingresso

DUPLA PÁGINA ANTERIOR
Convite para a cerimónia
de doutoramento *honoris causa*
pela Universidade de Bolonha

Uma outra história de regressos

EDUARDO LOURENÇO E A CULTURA PORTUGUESA

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

Para Eduardo Lourenço
Para Helder Macedo

Para mim Portugal acabou.[1]
Acabou-se Moçambique. [2]
Angola deixou de existir. [3]
A Guiné apagou-se. Varreu-se do mapa.[4]

SOU DA PRIMEIRA geração de portugueses da segunda metade do século XX que cresceu em liberdade. A geração que fez o exame da antiga 4.ª classe entoando *Uma gaivota voava, voava,* clamando a sua infantil liberdade e respeitando o tom revolucionário que então se respirava, sem mais Américo Tomás ou Marcello Caetano nas paredes da sala de aula. Cresci e passei a minha adolescência a ouvir o som do rock português bradando que queria ver Portugal na então CEE. Europa, «sonho futuro» anunciado desde 46, por Adolfo Casais Monteiro, era agora o sonho futuro dos jovens dos anos 80, filhos daquela geração que lutou ao longo dos anos 50 e 60 contra a ditadura, a falta de liberdade, a mesmidão do país onde nada acontecia, como dizia Alexandre O'Neill; a mesma geração que teve o azar histórico de participar na grande tragédia da nossa contemporaneidade que foi a Guerra Colonial em África. Enfim, filhos de uma geração de portugueses que nunca regressou, atormentada pelos fantasmas da guerra, eternamente se questionando sobre o que fazer a «este preto que cairá para sempre, a cada segundo, de umbigo roto, no interior de mim...»[5], como se evoca tragicamente na obra de António Lobo Antunes, uma das primeiras vozes literárias dessa geração educada na Mocidade Portuguesa, destruída nos «cus de Judas» africanos, que teve os filhos pela Rádio, sujou as

mãos e a alma no naufrágio final do império e que regressava para filhos que não os conheciam, para mulheres que já não os entendiam, para um país que tinha vivido sem eles e que ainda hoje os estranha, assim insistindo para que a memória da guerra só a eles pertença.

Assisti e tenho memória dos regressos desses pais que só se conheciam na fotografia e que de repente estavam em nossa casa, dormiam com a nossa mãe, falavam vagamente connosco e hesitavam em exprimir o seu carinho. Depois do 25 de Abril houve ainda o regresso de muita gente que eu não sabia que também tinha partido: emigrantes chegados de países europeus, exilados regressando do estrangeiro e retornados desembarcados de África. Portugal era para todos estes «regressados» um país imaginado: idílica paz para os soldados cansados da guerra ou início da «guerra seguinte»; realização de sonhos políticos para os exilados, porto seguro para exorcização de todas as humilhações passadas nas terras de emigração; metrópole imaginada e lugar de retorno obrigatório para os retornados; país de emigração para os «retornados» que nunca tinham partido. Na escola os colegas vinham de todos os sítios: de França ou da Alemanha, tinham nascido em África, porque os pais tinham estado lá na guerra ou viviam em África e de lá tinham vindo, o que os fazia vibrar com a independência de Angola ou de Moçambique e, contra a vontade dos pais, traziam a bandeira dessa terra que confusamente diziam também ser a deles, recusando assim o Portugal atrasado que nós para eles representávamos, mas comungando connosco da vida à solta que então se vivia. Na escola e em casa a revolução estava em marcha: os nossos pais adormeciam capitalistas e acordavam nacionalizados, viviam em intermináveis reuniões e à noite ainda íamos com eles a constantes sessões de esclarecimento, de onde toda a gente voltava a discutir imenso quebrando-se assim, no nosso entendimento, o propósito da ida; na escola, à semelhança dos adultos, organizávamos também a nossa revolução, com as Assembleias Gerais de escola, as nossas sessões de esclarecimento e as nossas campanhas pelo A ou pelo B, com vista à eleição dos nossos representantes. Recordo desses tempos o ambiente de debate que dominava a sala de aula, os nossos malogrados cultivos agrícolas no que tinha sido o jardim da escola, os Estudos Sociais em vez da História, Fernão Mendes Pinto em vez de Camões, os trabalhos sobre Karl Marx ou Engels, a ânsia dos professores em nos darem tudo aquilo a que não tinham tido acesso, em nos educar como cidadãos responsáveis e democratas, capazes de, como os nossos pais, apaixonadamente discutir tudo. Como mais tarde me esclareceu Eduardo Lourenço, em *O Labirinto da Saudade*, nessa época Portugal estava *em discussão* [6]. Eu tinha sido testemunha.

Pensar esse Portugal em discussão, a partir de Eduardo Lourenço e sob a metáfora do regresso, não só português, mas também europeu, tornou-se o objecto do meu trabalho inicialmente acompanhado por dois académicos que tinham partido do Portugal salazarista por motivos políticos e que, em meados

dos anos 90, continuavam em Inglaterra, agora por opção. Com eles aprendi a, como Eduardo Lourenço, olhar de fora o meu país e a questionar tudo, nomeadamente a espessura de séculos dessa metáfora do regresso: Helder Macedo, atento e rebelde leitor de Eduardo Lourenço, e Luís de Sousa Rebelo, irmão de geração do ensaísta. Pela mão de Camões — como não podia deixar de ser sob a égide de Helder Macedo — comecei a questionar essa história de regressos, que nos compõe e nos explica como nação que ao longo dos séculos pelo império imaginou o centro, que Camões nos atribuiu no poema épico. Aí, no momento épico da partida para a viagem que traria o império, tão angustiadamente narrada, tão cheia de dúvidas e incertezas[7], começa a tecer-se o labirinto da saudade que Eduardo Lourenço evoca para no pós-25 de Abril de 1974, repensar Portugal.

Os contornos de todo este movimento de repensar Portugal no pós-25 de Abril são diferentes, mas de alguma forma encontrávamo-nos de novo e ainda sob as coordenadas da discussão sobre Portugal que tinha dominado o final do século XIX, entre aquilo que teria sido um projecto europeu de desenvolvimento do país, aproximando-o de uma Europa central, protagonizado pelos homens da Geração de 70, e o que viria a ser o projecto imperial português do terceiro império, agora em ruínas, mas ainda capaz de despertar imediatas e nostálgicas visões, desde as mais revivalistas, que apocalipticamente apontavam o fim de Portugal sem império, aos neo-lusotropicalismos de uma esquerda saudosa de um vago Atlântico Sul, que na sua busca de formas de sociedade mais justas, se encantava com o socialismo e procurava uma maior solidariedade com os povos do Terceiro Mundo, assim se afastando do modelo democrático capitalista proposto pela Europa do Mercado Comum ou pelo imperialismo americano.

Seria de facto tudo isto um regresso? A Portugal, ao Império, à Europa? Seriam algumas destas propostas um regressar ao império sem, no fundo, nunca de lá ter saído? Voltaríamos assim a sublimar a nossa vivência de periferia, imaginando o centro, através, já não do império, mas da saudade dele? Para quando então o assumir das nossas elites de formação europeia, da nossa cultura de coordenadas europeias, e já não mascarada de uma cultura pluricontinental e plurirracial que Portugal não era, embora a sua matriz cultural nisso se tenha transformado no Brasil, e provavelmente o venha a ser também em algum dos países africanos de língua portuguesa? Ou seria mais uma vez a afirmação da relação entre Portugal e os países tropicais, agora como o modo «especial» de Portugal ser europeu, que aqui se reafirmava? Seria esta agora a forma de, à Garrett, partir de novo numa «nova viagem para esse outro desconhecido que somos nós mesmos e Portugal connosco»[8]?

No século XIX, a geração de Garrett e Herculano foi a primeira a lidar com a passagem de uma imagem de um «Portugal mãe-pátria» a um Portugal

«irmão do Brasil», parentescos familiares que, então e por muitos anos, se usariam para definir relações de natureza colonial e pós-colonial e com os quais, no caso vertente, se suavizava a dimensão de ruptura que acusava a vulnerabilidade do Portugal do século XIX. A recuperação romântica da imagem e do discurso camonianos, até então apenas usados para a pátria se rever numa história gloriosa — mas que pareciam ter sido esquecidos para se imaginar como futuro — encontrou eco nos vários sectores intelectuais e políticos, sendo porventura o mais óbvio sinal de uma nação à procura de si mesma, cuja crise iria assumir a dimensão trágica da ruptura nas páginas de Oliveira Martins[9] e encontrar o seu espelho romanesco e poético noutros escritores da Geração de 70. Após o 25 de Abril, e evitando as fórmulas de parentesco familiar então fora de moda, Portugal passou de nação «colonizadora por excelência a nação criadora de nações»[10], havendo neste parto, já não definido como tal, o fundamento de redenção necessário à nossa jovem democracia. Mas, diferentemente do século XIX, onde acabámos por ir exorcizar a perda de um império noutro, onde afinal já estávamos há muitos séculos, mas, como diria Fradique Mendes, «por esquecimento», o movimento do 25 de Abril trouxe, como imagem essencial, o fim do país como nação imperial.

Na literatura que assinala esta ruptura a partir da experiência da Guerra Colonial em África, não estamos já em presença das descrições organicistas de homens-espelho de uma pátria-cadáver, na forma como nos aparece em Oliveira Martins ou na prosa de Eça, ao descrever a raça doente do Portugal esvaziado entre a perda do Brasil, a incerteza da Europa e o projecto africano, nem nas fragmentações pessoanas de desejos já pós-imperiais, mas antes dos cadáveres reais, anunciados em toda a poesia que tematiza este tempo de asfixia e apodrecimento. Por outras palavras, podemos dizer que as visões e fantasias organicistas e apocalípticas do final do século XIX, que percorrem a literatura e o pensamento crítico português do século XX, num longo epitáfio à nação portuguesa imperial, assumem, nesta literatura, os rostos de fantasmas de fim, expressos na englobante imagem do suicídio, físico ou espiritual, como imagem de desidentificação pessoal que se transforma numa potente metáfora de um país que deixa de ser, deixando as personagens num trânsito temporal e espacial — entre África e Portugal — que, por sua vez reflecte o trânsito da própria identidade portuguesa pós-colonial, em negociação entre as ruínas do império e a estrada europeia que se ia abrindo.

Nesta linha, a entrada de Portugal para a Europa comunitária, nos anos 80, ainda que num primeiro momento possa ser vista como um *volte-face* necessário para rapidamente nos aliviar de traumas imperiais e neutralizar vagos e complexos sonhos de reencontro de uma geografia afectiva e cultural portuguesa pela imagem do antigo império, foi também a maneira politicamente conseguida de rapidamente passarmos a um tempo pós-colonial, integrando-

-nos de imediato na família das antigas metrópoles coloniais, agora nações pós-coloniais, à qual chegávamos mais uma vez atrasados, mas não à maneira do século XIX, como convidados menores, e mais tarde, já nos anos 60, como carentes emigrantes económicos ou como carentes de espaço político e ideológico no nosso próprio país, enquanto exilados. Nessa época, a Europa era-nos exterior e nós estávamos fora dela, mas agora, como notou Eduardo Lourenço, não éramos nós que íamos para a Europa, mas a Europa que viria até nós[11] — «A Europa connosco» no conhecido *slogan* da época — e que, ao inverter o sentido da busca há séculos feita da periferia para o centro, nos sentava confortavelmente na mesa das nações europeias, dando-nos a possibilidade de, com a Europa, nos imaginarmos, de novo, no centro. Como sublinha Boaventura de Sousa Santos, no *slogan* estava contida a promessa de que Portugal poderia «construir e consolidar uma sociedade democrática estável, uma sociedade como as da Europa Ocidental»[12], dissipando-se deste modo os receios, dos sectores mais conservadores da esquerda e da direita, de que Portugal desapareceria submerso às vontades das grandes potências europeias, assumindo-se portanto que «estar com a Europa» seria «ser como a Europa»[13]. Mas, na verdade, não era só a Europa que vinha até nós, acarinhando a nossa jovem democracia para que ela se preservasse bem comportada e ocidental. Éramos nós também que apresentávamos e integrávamos na Europa o nosso bilhete de identidade, há muito vivido como singular. Na esteira de Oliveira Martins, para quem «a nossa História é ininteligível sem o contexto ibérico, depois europeu, mais tarde mundial»[14], estudos vários e exposições, ocupar-se-iam de relacionar a nossa história, os nossos Descobrimentos, o nosso épico, a nossa epopeia com a Europa. José Mattoso, que na sua abordagem pioneira, enceta uma revolução de abertura na historiografia portuguesa, mostrar-nos-ia que «os Descobrimentos não são apenas um acontecimento português mas também europeu», cuja amplitude «só se pode compreender [...] quando se relaciona com a conjuntura económica e demográfica de toda a Europa e com o sistema de pensamento ou a atitude perante o mundo, característicos da civilização europeia»[15]. Mas seria, sem dúvida, na literatura, que regista esta viragem, e no ensaísmo de Eduardo Lourenço que todas estas problemáticas identitárias iriam ser por todos nós pensadas e até vividas. Na sua colaboração na imprensa e nos ensaios reunidos sob o título *Nós e a Europa ou As Duas Razões*, Eduardo Lourenço «integra-nos» histórica, mitológica e literariamente no sistema europeu, ao mesmo tempo que nos mostra claramente como sempre tínhamos estado culturalmente na Europa. Mas não seria só na nossa «recente» relação com a «Europa por subtracção», na brilhante expressão de Roberto Vecchi[16] para definir a visualização do Portugal pós-colonial e as suas relações com a Europa, que Eduardo Lourenço se desdobraria de paixão. Nem mesmo nas interpretações de Portugal enquanto pequeno rectângulo

europeu, para o qual, tão ironicamente, não encontra, à semelhança de tantos outros países europeus, problemas de identidade, e que se revela no pós-25 de Abril como espaço de efectivo retorno, ao qual Helder Macedo chamou «a nova fronteira a explorar»[17]. O problema da nossa identidade começa antes, e de acordo com Eduardo Lourenço, quando o nosso rei se tornou e definiu a si e ao país como senhor da Guiné, Etiópia, Índia[18] e, nesta hora de regresso ao cais, é na reflexão sobre os discursos, mormente literários, que narraram, pensaram e imaginaram o Portugal que a viagem fez de nós que Eduardo Lourenço se apaixona por «nós» como Oliveira Martins se tinha tragicamente apaixonado por «Portugal». Num estilo que prefere as oposições conceptuais e os semiparadoxos ao oxímoro martiniano e elege como personagem não o «Portugal» de Oliveira Martins, mas um «nós» comprometedor e comprometido, Eduardo Lourenço construiu o seu discurso sob a égide do pensamento de Fernando Pessoa e de algum pragmatismo de Mouzinho da Silveira, escolhidos para epígrafes de *O Labirinto da Saudade*. Conforme diz no «Breve Esclarecimento» de introdução ao mesmo livro, estimulado, por um lado, pela «mudança histórica dos últimos quatro anos», por outro, pela «leitura recente de livros de índole diversa, mas todos exprimindo uma vontade de renovação da *imagerie* habitual da realidade portuguesa»[19], Eduardo Lourenço empreende uma reflexão crítica, marcada por uma inteligentíssima ironia, sobre os diversos discursos identitários de Portugal, sobre os seus mitos culturais e sobre as imagens por eles criadas no imaginário nacional. Não nos poupando a pele imperial, despida sem demoras, nem as tentações de agora tratar «o império da ficção como o substituto da realidade historicamente perdida», nem muito menos as facilidades iconoclastas de tudo substituir ou escamotear como um exercício de vómito dessa pobre pátria salazarista «colonizadora por excelência», que durante décadas nos habitou, Eduardo Lourenço adverte-nos que «nalguma realidade e muito na ficção nós fizemos África e África, na realidade e nalguma ficção, se terá feito também portuguesa. É nessa inter-realidade e nessa inter-ficção — com o máximo de realismo — que nos podemos encontrar»[20]. Neste difícil e ambíguo compromisso entre um passado que se quer expurgar das ficções e abusivas interpretações que o Estado Novo dele tinha feito e um futuro de vocação europeia que se quer construir em resposta às novas coordenadas políticas, geográficas e culturais, sem deixar, de uma maneira ou de outra, de integrar um passado mítico e histórico, Eduardo Lourenço reinventa-nos, por mediação pessoana, em recorrentes e poderosas metáforas de viagem, de que a imagem de Portugal como «navio-nação» é a mais expressiva, ao rever-nos no mais carismático símbolo nacional em que nos habituámos a ganhar e perder a nação. Esta substituição, não substitutiva, do nosso bilhete de identidade, que o discurso de Eduardo Lourenço nos oferece, veiculada por uma voz mais pessimista que

optimista, vinha ao encontro das nossas mitologias poéticas e reflectia as nossas mitologias orgânicas de análise da nação. Apontava-nos assim o ensaísta para uma imagem de um Portugal europeu, «mais diáspora que fronteira»[21], que ia ao encontro, por um lado, da fragmentação e dispersão do país nas suas aventuras imperiais e nas suas Guerras Coloniais, por outro, da errância portuguesa das emigrações e dos exílios, que tinham levado Portugal a uma dispersão, não só para outras terras, mas também para outras línguas e culturas e que, no pós-25 de Abril, procuram o seu centro num Portugal de identidade mais ampla e difusa, baseada na língua e na cultura que a nossa viagem espalhara, e de que hoje resulta uma partilha cultural que se define como mundo de língua portuguesa.

Camões, o poeta da língua portuguesa, mas também do império terreno que resulta dos Descobrimentos exaltados em *Os Lusíadas*, e autor tão perturbadoramente usado e abusado pelo regime de Salazar como símbolo da dimensão imperial portuguesa, não poderia ser no imediato o discurso poético do final desta aventura imperial excessiva, que acabava com cravos nos canos das espingardas depois de treze anos de guerra lá longe em África, de onde iam chegando homens desfeitos, pedaços, cartas, poemas, fragmentos de uma nação que ia deixando de ser, o que não nos permitia ver no 25 de Abril a revolução pacífica que todos apregoavam. Ele estava manchado de sangue por treze anos de guerra em África. Por isso, o lado da conquista do poema camoniano, que inquieta o leitor contemporâneo e que tão exacerbado fora pelo discurso salazarista, perturbava um país recém-chegado da Guerra Colonial e ainda agoniado com toda a escola e mitologia salazaristas que nos tinham feito, durante décadas, recitar os versos guerreiros do poema, marcando-nos a alma para sempre com imagens que, no imediato da revolução, se pretendiam esquecer e diluir na imagem difusa e encantada da jovem democracia. Mas Camões poderia ser o patrono dessa cultura e dessa língua «pelo mundo em pedaços repartida», cujo arranque nos é narrado na epopeia nacional, que simultaneamente nos consagrou como vanguarda da Europa de então — onde agora nos queríamos recolocar — e nos *deseuropeizou*, ao nos lançar para sempre no sonho imperial, que também não queríamos abandonar. Na hora pós-colonial, o resultado da aventura de dispersão e viagem narrada por Camões seria também e mais adequadamente interpretada à luz do outro patrono da língua portuguesa, Fernando Pessoa, não tanto na frase inicialmente pronunciada por Bernardo Soares/Pessoa em reservada intimidade — «minha pátria é a língua portuguesa»[22] — mas nos contornos que a intensa citação da frase lhe acrescentou, ao ser glosada por inúmeros poetas e escritores que, ora tinham travado com as teses de Pessoa um diálogo plural numa oposição ao imaginário imperial salazarista[23], ora, já num contexto pós-colonial, tinham encontrado na expressão a formulação do sentimento de pertença a uma cultura universal

de língua portuguesa. No redimensionamento da imagem de Portugal que o ensaísmo de Eduardo Lourenço nos oferece, a visão imperial de Pessoa (ou não seria pós-imperial *avant la lettre*?) — o império da língua e da cultura — criada na esteira de Oliveira Martins e num momento de suspensão nacional, parecia finalmente ganhar o seu lado solar no espaço político pós-colonial europeu, como Pessoa o parecia ter antevisto, a partir do exemplo vanguardista do «poder ser» Portugal, que era já fragmentação, hibridez e diversidade. Nesta hora de «ressaca imperial», o discurso de Eduardo Lourenço, ao reinterpretar a imagem de Portugal de forma capaz de resolver a nossa «exorbitante viagem», ia assim ao encontro das expressões de «fragmentação», «hibridez» e «diversidade» com que as nações europeias pós-coloniais há décadas procuravam as suas definições na demanda de uma imagem de centralidade, que se foi cultural e politicamente definindo como o mundo anglófono ou Commonwealth, francofonia ou mundo francófono, mundo hispânico. Esta atitude, que aparentemente aponta para um entendimento partilhado do mundo, contém em si, de forma não pouco complexa, a nostálgica imagem da Europa como centro do mundo, de que hoje resta a diáspora planetária das suas línguas, mas que se pode sublimar (à Pessoa) nesse não ser centro, mas antes espaço alternativo de futuro, descentrado, fragmentário e híbrido, ou seja, espaço de desnacionalização por transnacionalização, em que as suas «partes» se reencontrariam pelas línguas culturais que as veiculam, assim formando as «partes sem um todo»[24], de que falava Caeiro, as partes sem todo do nosso mundo globalizado, em que a própria ideia de centro se modifica.

Reescrevendo, num novo tempo, a «hora imperial» camoniana em conjugação com a «hora pós-imperial» pessoana e assim resgatando o longo epitáfio, escrito pelos poetas e romancistas, ao império e ao Portugal de Salazar, parecia chegarmos a uma possível síntese (hesitante, desequilibrada, descentrada, mas síntese apesar de tudo) de que o ensaísmo de Eduardo Lourenço, a historiografia, e principalmente a literatura portuguesa pós-25 de Abril, desenharão os contornos. «Para mim, Portugal acabou.», «A Guiné apagou-se. Varreu-se do mapa.», «Acabou-se Moçambique», «Angola deixou de existir», escreve-se em alguma desta literatura.

Teríamos assim chegado ao fim de um ciclo que, como o de Alcácer Quibir, se reabriria para dar lugar à imaginação da nação desejada? Talvez sim, talvez não.

Como foi acentuado por Manuel Alegre, numa declaração que combina a vocação europeísta do Partido Socialista e a nostalgia de uma esquerda de vocação solidária com o Terceiro Mundo, a posição de Portugal sem império e a caminho de uma Europa, onde estava na periferia, poderia ser sublimada pela nossa afirmação de diferença no contexto europeu, dada justamente através da história vivida no antigo império:

> [...] a integração de Portugal na Europa foi ditada por razões que são conhecidas, políticas, históricas, económicas, não temos outra saída, hoje, senão essa, o problema está em nós e na nossa maneira de estar na Europa. Nós temos também algo a levar à Europa e uma das coisas que temos a levar à Europa é a nossa própria experiência histórica e a principal riqueza que temos — que é a nossa cultura e o nosso especialíssimo relacionamento com outros povos e com outros continentes — e vamos levar à Europa uma concepção que não seja eurocentrista, mas uma concepção aberta ao mundo, uma concepção aberta ao respeito pelos outros, à capacidade de compreender a diferença dos outros. É essa, enfim, a singularidade especial da nossa identidade e da nossa cultura, é esse o contributo próprio que nós devemos levar à construção da Europa.[25]

É certo que esta afirmação de ecos históricos familiares e de redacção sergiana[26], pronunciada no contexto pós-colonial em que Portugal reelaborara a sua lei da nacionalidade (1981), e é já membro pleno da Comunidade Europeia (1985), não tem o mesmo valor dos pronunciamentos dos políticos do século XIX, da República ou dos discursos lusotropicais ou salazaristas no contexto da Guerra Colonial, quando nos destacavam da Europa pela nossa vocação atlântica. O projecto atlântico de então, nas suas diversas tonalidades, era sinónimo de império e da própria nação. No Portugal pós-colonial, integrado no espaço europeu, este projecto não é imperial, mas, ao conceber como missão de Portugal na Europa a sua experiência de desterritorialização por antigos espaços imperiais como o valor a levar à Europa, expressa num vocabulário tão próximo do anterior, ficamos inevitavelmente suspensos. Perante esta rápida substituição daquilo que seria o último fantasma imperial português por uma «poética», cuja fantasia prolonga um projecto europeu português assente em continuidades imperiais[27], somos levados a pensar que talvez o narrador-personagem de *Os Cus de Judas* esteja certo na narração do seu doloroso regresso ao Portugal do pós-25 de Abril, onde as palavras tinham adquirido novas e passageiras significações, mas em que as essências e os sonhos não tinham mudado.

Quando vemos hoje os autores que inscreveram na literatura portuguesa o violento crepúsculo imperial português que foi a Guerra Colonial a reclamar-se da «Europa da periferia», sonhando com outros mares e outras geografias e deixando para trás essa «Europa já não mestre já não»[28], a manifestar saudades de Angola e da Malanje colonial, que já não existe mas onde poderiam ser felizes, como diz Lobo Antunes[29], a rejeitar a dimensão europeia onde se sentirão sempre estrangeiros, como faz João de Melo em *O Homem Suspenso*, a questão levantada por mim, sobre a transição da imaginação do centro através do império para uma imaginação do centro através da Europa, fica também — como diz Eva Lopo, de *A Costa dos Murmúrios*, referindo-se às suas lem-

branças dos últimos dias coloniais portugueses — em suspenso. Que Portugal se poderia imaginar a partir daqui? Mudança houve de facto na certeza de que no pós-25 de Abril a identidade terá de ser vivida, construída e transformada pelos dois sujeitos da história: os homens e as mulheres, assim mostrando que nas nações, nos nacionalismos, nas guerras, na história, nas lutas, o género desempenha um papel determinante, como ficou demonstrado pelas narrativas sobre a guerra escritas por mulheres e pela primeira escultura portuguesa a que esta guerra deu origem, datada de 1973 e da autoria de Clara Menéres. Intitula-se *Jaz morto e arrefece o menino (o império) de sua mãe.*

Agora neste princípio de século em que o tempo europeu já não é sinónimo de tempo universal, ainda que o designemos por pós-colonial na esperança ambígua de nesta fórmula reerguer uma ordem temporal que foi intrinsecamente europeia, transformando-a num tempo múltiplo no coração da Europa, que papel cabe a Portugal, carente das suas fantasias imperiais, e ainda surdamente atordoado com os seus fantasmas imperiais que transformaram a história num pesadelo com o rosto humano dos despojos da Guerra Colonial? Estará na revisitação e sublimação dos nossos fantasmas, remotos e recentes, o caminho que nos levará à transformação efectiva da expressão imperialista «mundo português» na solidária e pós-colonial, «mundo em português», como sugere o título do livro de diálogo entre Mário Soares e Fernando Henrique Cardoso[30]? Ou será esta apenas a nova fórmula mágica de equilíbrio no trapézio da nossa precária sobrevivência entre fantasmas e fantasias cuja rede se confina a esta frágil preposição, mas que pela união que sugere (entre mundo e português) nos permite o balsâmico sonho de ser/estar numa cultura simbolicamente intemporal? Depois da Europa será para nós, portugueses, a lusofonia o mito fundador por excelência da nossa jovem democracia[31], onde como melodicamente nos disse Marcolino Moco — primeiro secretário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa — seremos, em termos históricos, o centro de uma comunidade a imaginar, dando assim continuidade ao nosso sonho extra-europeu[32]? Não será a lusofonia, para nós portugueses, como lucidamente sugeriu Eduardo Lourenço, o «nosso mapa cor-de-rosa» onde todos os impérios reais, de sonho ou virtuais, de Camões, de Vieira ou de Pessoa «podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando para nós»[33] sob o duplo rosto de fantasia e fantasma da nossa alma? Ou será ainda, pela liderança do Brasil e de Portugal nesta iniciativa, sob o olhar desconfiado dos países africanos, uma outra forma de viver agora, verdadeiramente a meias, o sonho que no século XIX ficara interrompido? Seremos nós portugueses, capazes de desenvolver esta comunidade para «gerar futuro e não gerir saudade» como nos alertou o escritor moçambicano Mia Couto[34]? Como poderemos reler os belos poemas de Manuel Alegre ou Sophia na sua nostalgia imperial pelas igrejas que cobrimos de ouro, quando

a voz são-tomense de Conceição Lima nos interpela sobre as igrejas e sobre os cadáveres que deixámos na sua ilha? Como poderemos, com os nossos parceiros europeus, viver entre a melancólica angústia europeia de deixar de ser a rainha do mundo e o custo humano dessa majestade? Definitivamente não somos americanos, vivemos sob o peso europeu da herança colonial vivida hoje no coração da Europa sob a forma de fractura colonial[35]. Hoje os meus amigos e colegas europeus são brancos, negros, mulatos, árabes; são cristãos, muçulmanos, hindus, agnósticos ou ateus; nasceram na Europa, não os quero mais dependentes de um imaginário que os empurra para a condição imigrante numa Europa que continua a apresentar soluções coloniais para problemas pós-coloniais; não quero mais ouvir Salman Rushdie provocando-me perguntando se nós europeus imaginávamos que os fantasmas não voltariam para nos atormentar. Hoje já não sou da Europa da periferia, posso trabalhar e viver em Londres, Lisboa, Paris, Berlim ou Bolonha com a minha cidadania civil e cultural europeia, sem mais papéis, direitos ou deveres que no meu próprio país de origem. Penso a minha vida profissional, cultural, social e afectiva à dimensão europeia. Esta foi a Europa que Eduardo Lourenço sempre me explicou, aquela que a sua geração viu dilacerada no pós-Segunda Guerra Mundial e que sonhou «como sonho futuro, como manhã por vir, sem fronteiras com cães de guarda, com nações com seu riso franco, abertas de par em par»[36]!

Como então, o desafio que se coloca hoje à Europa implica não apenas uma mudança do olhar, mas uma mudança da *escala do olhar*[37]. A Europa de hoje, na sua saudade imperial, poderia guiar o mundo para uma nova fase da descolonização, que a fractura colonial vivida à escala global e no interior da Europa demanda: é preciso descolonizar as pessoas, descolonizar o descolonizador e a sua imagem e descolonizar o descolonizado e a sua imagem[38], para que nos desembaracemos a um só tempo dos fantasmas com quem vivemos paredes meias e das fantasias que criamos para os afugentar. Tenho já saudades desse futuro, dessa Europa por vir.

Texto da Lição Inaugural da Cátedra Eduardo Lourenço, Universidade de Bolonha, a 5 de Dezembro de 2007.

NOTAS

1 Augusto Abelaira, *Sem Tecto entre Ruínas*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

2 António Lobo Antunes, *Fado Alexandrino*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

3 Rocha de Sousa, *Angola — Crónica de Uma Deriva*, Lisboa, Contexto Editora, 1999.

4 Álamo Oliveira, *Até Hoje, Memória de Cão*, Lisboa, Ulmeiro, 1986.

5 António Lobo Antunes, *Fado Alexandrino*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 40.

[6] Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 61.

[7] Cf. Helder Macedo e Fernando Gil, *Viagens do Olhar. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, Porto, Campo das Letras, 1998.

[8] Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, ed. cit., p. 68.

[9] Idem, «Crise de Identidade ou Ressaca Imperial», *Prelo*, Lisboa, n.º 1, Out.-Dez. 1983, p. 18.

[10] Idem, *ibid.*, p. 20.

[11] Idem, *A Europa Desencantada. Para Uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p. 105.

[12] Boaventura de Sousa Santos, «O Estado, as Relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semiperiferia: o Caso Português», *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal. Um Retrato Singular*, Porto/Coimbra, Edições Afrontamento/Centro de Estudos Sociais, 1993, p. 49.

[13] Idem, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, p. 58.

[14] Eduardo Lourenço, «A perspectiva sociológica mais comum em relação à questão da identidade é cega porque o indivíduo não é o seu sujeito», *in* entrevista conduzida por Américo António Lindeza Diogo, Osvaldo Manuel Silvestre, Laura Santos e Luís Mourão, *Ciberkiosk*, http://www.uc.pt/ciberkiosk/arquivo/ciberkiosk3/entrevistas/elourenco.htm.

[15] José Mattoso, *Fragmentos de Uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 298.

[16] Roberto Vecchi, «Il portoghese e la CEE — Europeo per sottraziane», *in* Sílvio Castro, Manuel Simões (ed.), *Rosa dos Ventos — Atti del Convegno Trenta Anni di Cultura di Lingua Portoghese a Padova e a Venezia*, Padova, Universita di Padova, Sezione di Portoghese dell'Istituto di Lingue e Letteratura Romanze, 1994, p. 217.

[17] Helder Macedo, «Portuguese Culture Today», *in* Kenneth Maxwell e Michael H. Haltzel (eds.), *Portugal — Ancient Country, Young Democracy*, Washington, DC, The Wilson Center Press, 1990, p. 106.

[18] Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, ed. cit., p. 41.

[19] Idem, *ibid.*, p. 15.

[20] Idem, «Da Ficção do Império ao Império da Ficção», *Diário de Notícias*, supl. «10 Anos de Democracia», Lisboa, 24 Abr. 1984, pp. 26-7.

[21] Expressão próxima da utilizada por António Cândido Franco em relação ao discurso poético de Miguel Torga, em «Uma Espiritualidade Portuguesa», *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 26 Jan. 1988, p. 11.

[22] Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*, por Bernardo Soares, prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho e recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, Lisboa, Ática, 1982, vol. I, p. 17.

[23] Citando apenas alguns exemplos deste plurifacetado e plurivocal diálogo: como uma visão do futuro de um país oceânico em Miguel Torga e Manuel Alegre; como formas complexas e diversas de neo-sebastianismos em Jorge de Sena e Manuel Alegre; como luminosas e clássicas visões da língua portuguesa, como registo de uma memória e de um percurso, na poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen.

[24] Fernando Pessoa, *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1977, p. 227.

[25] Brito Vintém entrevista Manuel Alegre, «Sou Um Filho da Língua de Camões», *Notícias do Interior*, Jul. 1991, p. 16.

[26] Cf. António Sérgio, «Prefácio» a Gilberto Freyre, *O Mundo Que o Português Criou*, Lisboa, Livros do Brasil, 1940, pp. 10-5.

[27] Bela Feldman-Bianco, «Portugueses no Brasil, Brasileiros em Portugal. Antigas Rotas, Novos Trânsitos e as Construções de Semelhanças e Diferenças Culturais», *in* Maria Irene Ramalho, António Sousa Ribeiro (org.), *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, 2001, p. 179.

[28] Manuel Alegre, *Obra Poética,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 665.

[29] Francisco José Viegas entrevista António Lobo Antunes, «Nunca Li Um Livro Meu», *Ler*, Lisboa, n.º 37, Inverno 1997, p. 39.

[30] Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, *O Mundo em Português. Um Diálogo*, Lisboa, Gradiva, 1998.

[31] Cf. Manuel Villaverde Cabral, «CPLP, Potencial e Contradições», *Diário de Notícias*, 22 Jul. 1996, e Michel Cahen, «Des Caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l'"Institutionnalisation' de la Communauté des Pays de Langue Portugaise», *Lusotopie*, 1997, p. 429.

[32] Idem, *ibid.*, p. 427.

[33] Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 177.

[34] Mia Couto, «Gerar Futuro e não Gerir Saudade», *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias,* Lisboa, 22 Jun. 1994, p. 24.

[35] Cf. por exemplo Pascal Blanchard, Nicolas Bancel e Sandrine Lemaire, *La Fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial*, Paris, Éditions La Découverte, 2005; Benjamim Stora, *Le Transfert d'une mémoire. De l'«Algérie française» au racisme anti-arabe*, Paris, La Découverte, 1999; Abdellai Haijat, *Immigration postcoloniale et mémoire*, Paris, L'Harmattan, 2006.

[36] Cf. Adolfo Casais Monteiro, *Poesias Completas*, introd. de João Rui de Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 127.

[37] Expressão retirada de um verso de Fiama Hasse Pais Brandão.

[38] S. Sayyid e Hesse Barnor, «Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary», *in* N. Ali, V. S. Kalra e S. Sayyid (eds.), *A Postcolonial People. South Asians in Britain*, Londres, Hurst & Company, 2006, pp. 13-31.